

ATA NÚMERO 163/XII (3.ª)

Aos dois dias do mês de abril de 2014, pelas 11 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 5, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição da Apimrensa, Associação Portuguesa de Imprensa, no âmbito da discussão na especialidade das propostas de lei n.ºs 194, 195 e 196/XII (3.ª).

Antes de dar início à reunião, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, Deputado Mendes Bota, colocou à consideração dos Deputados a necessidade de se solicitar à ERC um estudo sobre as rádios locais. Após um breve período de debate, em que usaram da palavra as Senhoras Deputadas Inês de Medeiros (PS) e Carla Cruz (PCP), ficou acordado que na semana seguinte se faria uma reunião de Coordenadores para abordar essa questão.

Dando então início à audição, o Senhor Presidente deu as boas-vindas aos membros da Associação Portuguesa de Imprensa, João Palmeiro e Vítor Brás, e explicou a metodologia dos trabalhos.

O Presidente da Associação Portuguesa de Imprensa teceu umas breves palavras sobre as rádios locais, após o que disse que, em relação ao serviço público de televisão e de rádio, gostaria tão só de focar duas questões fundamentais, a da publicidade e a do serviço público de *media*.

Referiu que o serviço público de televisão era responsável pelos preços da publicidade praticados em Portugal; que a televisão, ao descer os preços com medo de perder os seus clientes, fez baixar o valor do GRP (*Gross Rating Points*), que começou a ser negociado a preços ainda mais baixos para a imprensa; que o serviço público de televisão tinha sido responsável porque, sempre que faltava o dinheiro da publicidade, o Estado aumentava os seus contributos para a televisão; e que o serviço público de *media* podia ser o primeiro passo para pôr em causa a neutralidade da rede.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Carla Cruz (PCP), Ana Oliveira (PSD), Inês de Medeiros (PS) e Raúl de Almeida (CDS-PP).

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) debruçou-se sobre o financiamento e o contrato de concessão do serviço público; a criação do Conselho Geral Independente (CGI) e a designação dos seus membros; a salvaguarda da independência e o financiamento através da CAV e das receitas de publicidade; o segundo canal do serviço público de televisão; a aposta na proximidade do serviço público de televisão e de rádio e na coesão territorial; a existência de uma direção para a televisão e de uma outra para a rádio ou a possibilidade de fusão das duas; e, por fim, a razão de ser da afirmação o «serviço público de *media* pode pôr em causa a neutralidade da rede».

A Senhora Deputada Ana Oliveira (PSD) salientou as novas medidas de proximidade, de transparência e de independência; os possíveis ganhos resultantes das novas medidas de gestão da empresa; as vantagens do novo modelo de governança para o rigor, a despolitização da informação, a defesa da transparência e, conseqüentemente, para a defesa do interesse público.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) referiu-se ao CGI e à menor transparência na tomada de decisões; à definição das competências do CGI, do Conselho de Opinião e do Diretor de Conteúdos; à autonomia editorial e à fusão das redações da televisão, da rádio e da LUSA; à transparência do serviço público; e à regulação das tarifas da publicidade para que possam estar acessíveis a todos.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) debruçou-se sobre o financiamento resultante da CAV; o CGI, a transparência, o controlo e a monitorização parlamentar deste órgão; a consignação a breve trecho da RTP2 ao Centro de Produção do Norte; a LUSA, que, como ativo fundamental da imprensa portuguesa, marca nacional de imenso prestígio e de afirmação de Portugal não só dentro do território mas também no mundo, e como agência noticiosa que é, terá de ser sempre encarada como fonte.

O Senhor Presidente da Associação Portuguesa de Imprensa respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo dito que desde há muito que a Associação Portuguesa de Imprensa reclama a presença de um representante da imprensa no Conselho de Opinião da RTP; que a ideia do Conselho Geral

Independente era boa, mas a forma como estava concretizada podia ser extraordinariamente arriscada; que ainda não se conhecia o futuro do segundo canal do serviço público de televisão; que o serviço público de proximidade era feito pela imprensa regional e pelas rádios locais e tudo o que fosse trazer a concorrência das grandes redes como as da RTP para o serviço público de proximidade era também convidar as autoridades que localmente fazem investimentos publicitários a estarem presentes nessas redes.

Mais adiantou que, em relação às direções, a Associação Portuguesa de Imprensa tinha acabado de comunicar ao Sindicato dos Jornalistas que queria rever o modelo das carreiras dos jornalistas, porque a produção de conteúdos era uma coisa e a edição outra; que as receitas da publicidade podiam completar aquilo que se não conseguisse obter através da CAV; que estava convencido de que o CGI terá tendência para ter competências parecidas ou semelhantes às do Conselho de Opinião, da ERC e do próprio Conselho de Administração da RTP, o que poderá ser muito perigoso.

Ainda acrescentou que não acreditava que os 40 membros do Conselho de Opinião conseguissem levar a bom porto a sua atividade; que, em relação ao Diretor-Geral de Conteúdos e à LUSA, a Associação Portuguesa de Imprensa era defensora do caminho do pluralismo e da diversidade, o que passava pela estruturação da produção de conteúdos; que, ao dar-se ao Conselho de Opinião a possibilidade de nomear duas pessoas para o CGI, este órgão poderá ficar refém, já que o primeiro não terá a responsabilidade mas apenas o poder, coisas bem diferentes; que a LUSA era uma fonte com especiais responsabilidades nas relações internacionais mas também nas relações entre os povos.

Na segunda ronda de intervenções usou da palavra a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS), tendo o Senhor Presidente da Associação Portuguesa de Imprensa e Vítor Brás respondido no final em bloco às questões colocadas.

Antes de encerrar os trabalhos, o Senhor Presidente fez o levantamento de todas as questões que ainda não tinham sido respondidas, após o que o Senhor Presidente da Associação Portuguesa de Imprensa interveio de novo para lhes dar resposta.

A reunião foi integralmente gravada em suporte vídeo e encontra-se disponível em <http://www.canal.parlamento.pt/>, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Nada mais havendo a tratar, a audição terminou às 12 horas e 30 minutos

Palácio de São Bento, 2 de Abril de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(MENDES BOTA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
Ana Oliveira
André Pardal
Carla Cruz
Hermínia Azenha
Inês de Medeiros
João Portugal
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira
Sérgio Azevedo
Duarte Marques
João Figueiredo
João Lobo
Pedro Morais Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cláudia Monteiro de Aguiar
Isabel Oneto
Jacinto Serrão
Lídia Bulcão
Pedro Delgado Alves



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Honório

Mónica Ferro

Paulo Almeida

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 25/06/2014.